



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
1ª VARA DO TRABALHO DE JUIZ DE FORA – MG

JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
JOSÉ NILTON FERREIRA PANDELOT



Lei de Criação nº 5.926, de 26-10-1943

Data da instalação: 15-1-1944

Data de implantação do PJe: 15-4-2015

Jurisdição: Juiz de Fora, Belmiro Braga, Bicas, Chácara, Chiador, Coronel Pacheco, Descoberto, Ewbank da Câmara, Goianá, Guarará, Lima Duarte, Mar de Espanha, Maripá de Minas, Matias Barbosa, Olaria, Pedro Teixeira, Pequeri, Piau, Rio Novo, Rio Preto, Rochedo de Minas, Santa Bárbara do Monte Verde, Santana do Deserto, São João Nepomuceno, Senador Cortes e Simão Pereira.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 6-5-2021, p. 3/4.



ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 3-9-20

Às 13 horas do dia vinte e quatro de maio de 2021, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Ana Maria Amorim Rebouças**, Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região o deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Zoom, instituída pelo Ato Conjunto TST/CSJT/GP Nº 54, de 29 de dezembro de 2020 na 1ª Vara do Trabalho de Juiz de Fora, situada na Avenida Barão do Rio Branco, 1.880 – 1º andar, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **José Nilton Ferreira Pandelot**; a Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Kátia Vieira de Oliveira; os servidores Aloísio Grizendi Júnior, Fernanda Monteiro de Lima Filgueiras, Guilherme Araújo Schmidt, Hellen Giotti Ladeira de Andrade, Helton Eustáquio Figueiredo, Janaína de Almeida Moreira, Luciana Croce Guilhermino, Marcos José Santarossa Júnior, Raquel Senra Castellões Leite e o estagiário Otávio Joarez de Abreu Bittencourt. Ausentes as servidoras Andresa de Freitas Soares e Michelle Fernandes da Motta, em licença maternidade. Ausente, também, o servidor Pedro Paulo Queiroz.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 293 processos, distribuídos neste ano até o dia 17-5-2021, apurando-se a média de 3,4 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 26 cartas precatórias, dentre elas 5 executórias, até o dia 17-5-2021, das quais 8 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 739 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 115 processos foram remetidos neste ano até o dia 17-5-2021.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 95 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, dentre eles os processos com mais de 30 dias para elaboração de sentença, com carga para o MM. Juiz José Nilton Ferreira Pandelot:



Processo	Data da conclusão
0011118-58/20	8-4-21
0010313-08/20	8-4-21

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 42 processos com perícia designada, aguardando laudo.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constatam 674 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 82 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 67 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas - NUGEPNAC, não há processo sobrestado já julgado, com incidentes de Repercussão Geral, pelo STF.

No entanto, o processo 0010047-21.2020.5.03.0035 está com o número do Tema incorreto, devendo ser corrigido para o Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

Processos examinados na correição:

- 0011009/20: Tema 1022 – Dispensa imotivada de empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista admitido por concurso público.

- 0010976/19, 0011116/18, 0010928/18, 0010047/20, 0011946/17, 0010113/18 e 0011636/17: Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

- 0010468/17 e 0011363/19: suspensos pendentes de outras ações.

Recomenda-se que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema e-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema e-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf



Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019 e 41,39% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 40% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho		Juiz de Fora - 01a Vara					
Indicador / Ano		2016	2017	2018	2019	2020	1º trim/2021 (01/04/20 a 31/03/21)
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)		38,92	46,38	36,50	33,99	51,08	50,51

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2021 até 17-5-2021)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	270
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	482
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	72



Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e aguardando encerramento de instrução: são os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	13
--	----

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

Não há processos com mais de 300 dias sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e aguardando encerramento de instrução.

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, "são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2014	2	7
2015	2	6
2016	1	5
2017	14	4
2018	19	3
2019	93	2
2020	458	1
2021 – ano de referência	235	
TOTAL	824	0,96

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de maio até o dia 17-5):

Processo	Classe	Tarefa
0001365-87.2014.5.03.0035	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Preparar expedientes e comunicações
0001405-69.2014.5.03.0035	Ação Trabalhista - Rito	Cumprimento de



	Ordinário	Providências
0000510-74.2015.5.03.0035	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0011159-98.2015.5.03.0035	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0012209-28.2016.5.03.0035	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010174-61.2017.5.03.0035	Ação Civil Coletiva	Aguardando prazo
0010449-98.2017.5.03.0038	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010450-83.2017.5.03.0038	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010468-16.2017.5.03.0035	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento
0010470-83.2017.5.03.0035	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011388-87.2017.5.03.0035	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011636-53.2017.5.03.0035	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011728-31.2017.5.03.0035	Embargos de Terceiro Cível	Aguardando final do sobrestamento
0011745-67.2017.5.03.0035	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011946-50.2017.5.03.0038	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011963-62.2017.5.03.0143	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011969-05.2017.5.03.0035	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011991-63.2017.5.03.0035	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0012014-09.2017.5.03.0035	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010113-69.2018.5.03.0035	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento



2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	965

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	5
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	204

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	19
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	1.803

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	72



1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019 e 63,28% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 57% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho		Juiz de Fora - 01a Vara				
Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	2020	1º trim/2021 (01/04/20 a 31/03/21)
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	85,10	87,15	66,24	48,59	72,56	73,61

Existem 2.305 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 1.288 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 235 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 782 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2021 até 17/05/2021

No ano anterior, até dia 17/05/2020 - havia 2.562 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 1.361 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 354 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 847 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de maio até o dia 17-5):

Processo	Classe	Tarefa
0053000-54.2007.5.03.0035	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Intimação Publicada
0113900-71.2005.5.03.0035	Execução Fiscal	Despacho



0031300-22.2007.5.03.0035	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Auto Recolhido Ao Acervo Permanente - Edital
0181500-56.1998.5.03.0035	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Despacho
0132000-69.2008.5.03.0035	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Processo Retornou Do Conclusos Para Despacho
0075800-08.2009.5.03.0035	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Alvará Para Levantamento Depósito Judicial
0000301-81.2010.5.03.0035	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Intimação Publicada
0092800-60.2005.5.03.0035	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Andamento Cancelado
0000587-59.2010.5.03.0035	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Despacho
0001617-95.2011.5.03.0035	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Alvará Texto Livre
0001062-10.2013.5.03.0035	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Alvará Texto Livre
0000357-46.2012.5.03.0035	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Conclusos Para Despacho
0002048-27.2014.5.03.0035	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Despacho
0010145-79.2015.5.03.0035	Execução Fiscal	Cumprimento De Providências
0168500-81.2001.5.03.0035	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Processo Retornou Do Conclusos Para Despacho
0001984-85.2012.5.03.0035	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Devolução De Carga De Advogado
0010984-07.2015.5.03.0035	Execução Fiscal	Cumprimento De Providências
0010105-97.2015.5.03.0035	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando Final Do Sobrestamento
0010289-53.2015.5.03.0035	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando Final Do Sobrestamento
0010334-57.2015.5.03.0035	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Assinar Despacho



Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados) extraídos do sistema e-Gestão (dados apurados no mês de maio até o dia 17-5):

	2020	2021
01-JANEIRO	202	32
02-FEVEREIRO	211	85
03-MARÇO	68	57
04-ABRIL	33	50
05-MAIO	58	57
06-JUNHO	54	
07-JULHO	72	
08-AGOSTO	112	
09-SETEMBRO	62	
10-OUTUBRO	72	
11-NOVEMBRO	106	
12-DEZEMBRO	72	
Totais	1122	281

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04	2021/05
	9	4															
FERNANDO SARAIVA ROCHA	186	168				16							1	35		9	
JOSE NILTON FERREIRA PANDELOT	5	39	68	33	58	36	2	111	62	72	106	27	31	50	57	41	57
THIAGO SACO FERREIRA							70	1				45					
Totais	202	211	68	33	58	54	72	112	62	72	106	72	32	85	57	50	57

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (dados apurados no mês de maio até o dia 17-5):

	2020	2021
01-JANEIRO	42	142
02-FEVEREIRO	64	151
03-MARÇO	66	164



04-ABRIL	14	130
05-MAIO	46	68
06-JUNHO	128	
07-JULHO	115	
08-AGOSTO	139	
09-SETEMBRO	167	
10-OUTUBRO	139	
11-NOVEMBRO	124	
12-DEZEMBRO	369	
Totais	1413	655

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 17-5-2021, existem 40 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	4
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	35
Tutelas Provisórias Pendentes	1
Total	40

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 24-5-2021 havia 12 processos:

- a) **procedimento sumaríssimo:** 5 processos;
- b) **procedimento ordinário:** 2 processos;
- c) **instrução:** 3 processos;
- d) **conciliação em conhecimento:** 1 processo;
- e) **encerramento de instrução:** 1 processo.



Foram examinados os autos dos processos 0010154/21, 0010121/21, 0010196/21, 0010200/21, 0011135/20, 0010575/20, 0010190/19, 0011389/20, 0011395/20 e 0011396/20.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010196/21 e 0010200/21: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 20-5-2021, 119 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 80 processos. Identificado erro de extração dos processos 0034500-03.2008.5.03.0035 e 0090600-46.2006.5.03.0035 que será objeto de análise pela equipe construtora do Painel de Migração - CLEC com o objetivo de correção.

Exame dos autos dos processos do PJe: 0010153/21, 0010270/21, 0010279/21, 0010275/21, 0010271/21, 0010268/21, 0010243/21, 0010213/21, 0010203/21, 0010179/21, 0010976/19, 0011116/18, 0010928/18, 0010047/20, 0011946/17, 0010113/18, 0011636/17, 0011009/20, 0010468/17, 0011363/19, 0010150/21, 0010089/21, 0010110/21, 0010088/21, 0010102/21, 0010973/20, 0010018/21, 0010041/21, 0010145/21, 0010026/21, 0010164/21, 0011280/20, 0011287/20, 0011285/20, 0010023/21, 0011124/20, 0010997/19, 0010883/20, 0012107/17, 0011078/20, 0011121/19, 0010196/20, 0011010/20, 0010162/21, 0010063/20, 0010434/20, 0010242/20, 0010338/20, 0010415/20, 0010215/21, 0010962/20, 0010480/20, 0010481/20, 0010280/20, 0011287/19, 0010357/20, 0010733/19, 0010571/16, 0010910/18, 0010929/17, 0010078/21, 0010108/21, 0010003/21, 0010039/21, 0010025/21, 0010017/21, 0011122/20, 0010114/21, 0010088/21 e 0010760/20.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010150/21, 0010089/21, 0010110/21, 0010088/21, 0010102/21 e 0010973/20: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias;

- 0011124/20: excesso de prazo na prolação de sentença - Id 7cc12c0 (mais de 30 dias) – Dr. José Nilton Ferreira Pandelot;

- 0010997/19: excesso de prazo na prolação de sentença - Id 4f9c4c2 (mais de 30 dias) – Dr. José Nilton Ferreira Pandelot;

- 0010883/20: excesso de prazo na prolação de sentença - Id ced9483 (mais de 30 dias) – Dr. José Nilton Ferreira Pandelot.

Recomenda-se ao MM. juiz que profira sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 12 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0000016-88.2010.5.03.0035	Preparar expedientes e comunicações
0010648-61.2019.5.03.0035	Elaborar sentença
0010721-04.2017.5.03.0035	Aguardando apreciação pela instância superior
0010976-25.2018.5.03.0035	Aguardando apreciação pela instância superior
0010986-98.2020.5.03.0035	Aguardando audiência
0011321-59.2016.5.03.0035	Escolher tipo de arquivamento
0011930-08.2017.5.03.0035	Aguardando apreciação pela instância superior
0079700-04.2006.5.03.0035	Arquivo provisório
0090600-46.2006.5.03.0035	Aguardando apreciação pela instância superior
0106000-32.2008.5.03.0035	Arquivo provisório

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 7 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010174-61.2017.5.03.0035	Aguardando prazo
0010403-16.2020.5.03.0035	Aguardando prazo
0010406-68.2020.5.03.0035	Aguardando prazo
0010444-17.2019.5.03.0035	Conclusão ao magistrado
0010472-48.2020.5.03.0035	Elaborar sentença
0010617-41.2019.5.03.0035	Aguardando cumprimento de acordo
0010907-95.2015.5.03.0035	Aguardando apreciação pela instância superior

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo/ordinário	31	72	111
Instrução processo físico	1.619	0	0
Instrução processo eletrônico	202	180	199

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo	16	28	21-6-21 - 18 dias
Procedimento Ordinário	17	48	12-7-21 - 33 dias
Instrução	144	177	28-4-22 - 204 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2021 até 17-5-2021).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	374	202

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	102	136



3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	57	3.752
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	148	1.079
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	11	1.295

No ano atual, apurou-se que, até o dia 17/05/2021, com 86 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano Atual	Média dia/útil
Julgados procedentes	26	0,302
Julgados procedentes em parte	67	0,779
Julgados improcedentes	37	0,43
Extintos com resolução de mérito	3	0,035
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	133	1,547
Extintos sem resolução de mérito	2	0,023
Arquivamento	20	0,233
Desistência	12	0,14
Outras decisões sem resolução de mérito	8	0,093
Total sem resolução de mérito	42	0,488
Decisões de conhecimento	175	2,035
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	50	0,581
Decisões na fase de execução	44	0,512
Total	269	3,128



No ano 2020, apurou-se que, em 235 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	2020	Média/dia útil
Julgados Procedentes	123	0,523
Julgados procedentes em parte	237	1,009
Julgados Improcedentes	108	0,46
Extintos com resolução de mérito	0	0
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com resolução de mérito	468	1,991
Extintos sem resolução de mérito	80	0,34
Arquivamento	40	0,17
Desistência	32	0,136
Outras decisões sem resolução de mérito	64	0,272
Total sem resolução de mérito	216	0,919
Decisões de conhecimento	684	2,911
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	228	0,97
Decisões na fase de execução	205	0,872
Total	1.117	4,753



4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – No período de 01/04/2021 até 30/04/2021, com 19 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	5	0,263
Conciliação em execução	7	0,368
*Encerramento de instrução	4	0,211
Inicial / Inicial (rito sumaríssimo)	25	1,316
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução / Instrução (rito sumaríssimo)	31	1,632
Una / Una (rito sumaríssimo)	111	5,842
Total	179	9,4

* Os encerramentos de instrução não são totalizados

No mês de abril de 2021, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 78 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução. (dados apurados no mês de maio até o dia 17-5):

	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
01-JANEIRO	24	9	4			
02-FEVEREIRO	46	30	3	3		1
03-MARÇO	20	38	2	2		6
04-ABRIL	2	78	4	4		4
05-MAIO	24	55	2	1	2	2
06-JUNHO	43		5		1	



07-JULHO	51		12		4	
08-AGOSTO	43		7		3	
09-SETEMBRO	45		4		3	
10-OUTUBRO	34		4			
11-NOVEMBRO	39		2		2	
12-DEZEMBRO	21		3		4	
Totais	392	210	52	10	19	13

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04	2021/05
	1																
FERNANDO SARAIVA ROCHA	26	40				25	1						5	24	6	21	
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA							1										
JOSE NILTON FERREIRA PANDELOT	1	9	22	6	28	24	7	52	52	38	41	1	2	10	40	65	58
THIAGO SACO FERREIRA							58	1			2	27	2				
Totais	28	49	22	6	28	49	67	53	52	38	43	28	9	34	46	86	58

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram realizadas audiências, conforme abaixo (dados apurados no mês de maio até o dia 17-5):

	2020	2021
01-JANEIRO	73	44
02-FEVEREIRO	146	104
03-MARÇO	97	163
04-ABRIL		181
05-MAIO	29	113
06-JUNHO	140	
07-JULHO	114	
08-AGOSTO	133	
09-SETEMBRO	137	
10-OUTUBRO	156	
11-NOVEMBRO	175	
12-DEZEMBRO	78	
Totais	1278	605



	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04	2021/05
FERNANDO SARAIVA ROCHA	73	110				73							44	68	16	60	
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA							1										
JOSE NILTON FERREIRA PANDELOT		36	97	29	67	7	133	137	156	167				35	147	121	113
KEYLA DE OLIVEIRA TOLEDO E VEIGA														1			
THIAGO SACO FERREIRA						106					8	78					
Totais	73	146	97	29	140	114	133	137	156	175	78	44	104	163	181	113	

Foram realizadas 149 audiências de 3-5-2021 até o dia 20-5-2021 e designadas 80 de 21-5-2021 até o dia 31-5-2021. Em junho estão designadas 219 audiências.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (dados apurados no mês de maio até o dia 17-5):

	2020	2021
01-JANEIRO	81	43
02-FEVEREIRO	110	68
03-MARÇO	86	88
04-ABRIL	53	108
05-MAIO	67	77
06-JUNHO	89	
07-JULHO	120	
08-AGOSTO	89	
09-SETEMBRO	100	
10-OUTUBRO	97	
11-NOVEMBRO	107	
12-DEZEMBRO	63	
Totais	1062	384



	2020 /01	2020 /02	2020 /03	2020 /04	2020 /05	2020 /06	2020 /07	2020 /08	2020 /09	2020 /10	2020 /11	2020 /12	2021 /01	2021 /02	2021 /03	2021 /04	2021 /05
FERNANDO CESAR DA FONSECA						1											
FERNANDO SARAIVA ROCHA	73	82	7	4	1	39	22						15	38	20	31	5
JOSE NILTON FERREIRA PANDELOT	8	28	77	49	66	49	20	73	100	97	104	14	20	28	68	77	72
KEYLA DE OLIVEIRA TOLEDO E VEIGA			1														
LEVERSON BASTOS DUTRA												1					
MARTHA HALFELD FURTADO DE MENDONÇA SCHMIDT			1														
THIAGO SACO FERREIRA							78	16			3	48	8	2			
Totais	81	110	86	53	67	89	120	89	100	97	107	63	43	68	88	108	77

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período - os despachos nos termos do artigo 203, § 4º, do CPC não são contabilizados (dados apurados no mês de maio até o dia 17-5):

	2020	2021
01-JANEIRO	2041	1652
02-FEVEREIRO	2611	2097
03-MARÇO	2065	3441
04-ABRIL	827	2001
05-MAIO	2433	1248
06-JUNHO	2562	
07-JULHO	2408	
08-AGOSTO	2361	
09-SETEMBRO	2173	
10-OUTUBRO	2389	
11-NOVEMBRO	2184	
12-DEZEMBRO	1635	
Totais	25689	10439



Constatou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas, durante a pandemia COVID-19, de segunda-feira a sexta-feira, a partir das 8h30min. O intervalo entre as audiências é de 15 minutos para as de procedimento sumaríssimo, procedimento ordinário e para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Recomenda-se ao magistrado, quanto à residência, que cumpra a disposição contida no artigo 29, inciso V, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantenha o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

5. Produtividade –

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

Movimentação Anual de Processos			
	2019	2020	2021 até 17-5
Processos recebidos	1.341	1.414	293
Média por dia útil	5,9	6	3,4
Processos remanescentes do ano anterior	720	524	963
Sentenças anuladas	23	10	1
Total de processos para solução	2.084	1.948	1.257
Processos solucionados	1.590	1.062	384
Processos conciliados	504	378	209
Produtividade	76,30%	54,52%	30,55%



Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 5,44% em relação ao número de processos recebidos no ano 2019. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2020 houve uma diminuição de 21,78%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2021-2026 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2021 até 17-5-2021)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	209
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	384

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	384
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	294

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	170
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	237



MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2021 até 17-4-2021)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	965
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	412

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	1.822
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	197

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2021 até 17-5-2021)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	412
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	197
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	11

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	965
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	1.822
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045	11



(servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)

Perfil da Vara do Trabalho		Juiz de Fora - 01a Vara	
Indicadores / Período de referência		Ano 2020 01/01/2020 a 31/12/2020	1º trim 2021 01/04/2020 a 31/03/2021
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,25	1,06
	I02 - Pendentes	3.065	3.019
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	190,12	192,58
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	61,57	78,57
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	1.910,99	1.497,07
	I07 - Taxa de conciliação (%)	35,59	37,30
	I08 - Taxa de solução (%)	74,58	75,63
	I13 - Taxa de execução (%)	210,32	140,52
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	51,08	50,51
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	72,56	73,61



	I11 - Produtividade por servidor	155,64	151,27
	I12 - Pendentes por servidor	260,55	256,82
Meso	Acervo	0,41	0,50
	Celeridade	0,52	0,51
	Produtividade	0,55	0,58
	Congestionamento processual	0,68	0,68
	Força de trabalho	0,65	0,63
Macro	IGEST	0,5626	0,5802
Posição IGEST		134	138
Movimentação processual		1001 a 1500	1001 a 1500

FONTE: Sistema e-Gestão (dados do último trimestre extraídos em 07/05/2021)

6. ARRECADAÇÃO – Ano 2020

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Valor pago aos reclamantes
R\$2.466.370,73	R\$375.985,86	R\$21.075.168,55

7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, não há Portaria em vigor.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que não foi encontrado excesso de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foram observadas a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como a suspensão de prazos processuais e a realização de audiências no período de 7 a 20 de janeiro de 2021, nos termos do art. 775-A da CLT e as determinações referentes à pandemia COVID-19.



10. Gestão Estratégica

Meta 1 CNJ/2021: Julgar mais processos que os distribuídos – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

No ano 2021, até o dia 30-4-2021, o percentual alcançado foi de 123,53% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 93,86%.

Em 2020, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 68,58% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 86,78% (valor consultado em 16/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 2 CNJ/2021: Julgar processos mais antigos – Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019, nos 1º e 2º graus.

No ano 2021, até o dia 30-4-2021, o percentual alcançado foi de 81,86% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 81,94%.

Em 2020, quando a Meta era “era Identificar e julgar, até 31/12/2020, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2018, nos 1º e 2º graus.”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 106,10% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo o resultado deste Regional de 98,21%.

Meta 3 CNJ/2021: Estimular a conciliação – Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%.

No ano 2021, até o dia 30-4-2021, o percentual alcançado foi de 142,46% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 117,72%.

Em 2020, quando a Meta era “Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2017/2018”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 90,88% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 48,78%, conforme modelo de apuração do SIGEST/CSJT e 108,40% de cumprimento da meta, conforme modelo de apuração do CNJ, que utiliza como parâmetro a cláusula de barreira, que em 2020 foi de 45%. Ressalta-se que o indicador possui como meta o valor de 46,58% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).



Meta 5 CNJ/2021: Reduzir a taxa de congestionamento – Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

Trata-se de uma nova meta para o exercício de 2021.

No ano 2021, até o dia 30-4-2021, o percentual alcançado na fase de conhecimento foi de 68,14% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 55,05%.

No ano 2021, até o dia 30-4-2021, o percentual alcançado na fase de execução foi de 80,34% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 71,50%.

Em 2020, a Meta 5 era “Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 110,45%, do valor da meta estipulado para o ano de 2020, tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 101,95% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 6 CNJ – Em 2020, quando a Meta era “Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau.” (VIGOROU ATÉ 2020).

Em 2020, a Meta 6 era “Priorizar o julgamento das ações coletivas – identificar e julgar até 31-12-2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31-12-2017 no 1º grau, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 68,58%, do valor da meta estipulado para o ano de 2020, não tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 86,78% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 11 CNJ/2021: Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica – Alcançar 100% de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total.

No ano 2021, conforme painel do CLEC – disponível na intranet esta unidade organizacional possui 80 processos migráveis.

Identificado erro de extração dos processos 0034500-03.2008.5.03.0035 e 0090600-46.2006.5.03.0035 que será objeto de análise pela equipe construtora do Painel de Migração - CLEC com o objetivo de correção.

Tempo médio de duração do processo – Fase de Conhecimento.

No ano 2021, até o dia 30-4-21, o tempo médio de duração do processo desta unidade está em 207 dias, sendo de 190 dias o resultado deste Regional para o mesmo período.

Em 2020, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2018, em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 190 dias, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional



foi de 171 dias (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2020 era de 208 dias.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, seja observada a publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção e seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve



ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) em razão dos dados apurados no item 3 desta ata (disponibilidade de pauta) cumprido o determinado no artigo 29, inciso V, "d" do Regimento interno deste Regional, realizando audiências de segunda-feira a sexta-feira até que o prazo de designação de audiências de instrução seja inferior a 6 (seis) meses, contados da data da audiência inicial;

3) regularizado, em até 30 dias, o prazo das audiências dos processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo que deverão ser realizadas no prazo máximo de quinze dias, conforme artigo 852-B, inciso III, da CLT e Meta inserida no planejamento estratégico deste Regional, com a realização de pauta especial de segunda a sexta-feira, se necessário, até que o prazo seja regularizado, devendo ser oficiada a Corregedoria;

4) as decisões proferidas no prazo do artigo 226, III, do CPC, sem a dilação de 48 horas a que se refere o artigo 851, §2º da CLT;

5) retificado o lançamento do processo 0010047-21.2020.5.03.0035 que está com o número do Tema incorreto, devendo ser corrigido para o Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente e que sejam observadas, também, as informações encaminhadas pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas – NUGEPNAC, periodicamente à vara, referentes a processos já julgados pelo STF, para evitar o acúmulo desses processos;

6) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;

7) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;

8) reduzida a quantidade de processos na fase execução, tendo em vista o aumento do número de processos no ano de 2020 em relação ao mesmo período do ano 2019, conforme o item 1.10 da ata;

9) saneados os processos incidentais à fase de execução, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;

10) envidados esforços para aumentar a produtividade, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;

11) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020,



dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;

12) envidados esforços para o cumprimento da **Meta 1 CNJ/ 2021**: Julgar mais processos que os distribuídos - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente; **Meta 3 CNJ/ - 2021**: Estimular a conciliação - Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%, tendo em vista que estas não foram atingidas no ano 2020;

13) envidados esforços para reduzir a taxa de congestionamento – Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%;

14) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;

15) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional, videoconferência e por "WhatsApp Business", bem como cumprida a Instrução Normativa Conjunta GP.GCR.GVCR N. 70-2021 de 16 de março de 2021, que trata do atendimento telepresencial ao público externo por meio de Balcão Virtual no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Todos esses canais de atendimento ao público externo deverão ser utilizados durante o horário de expediente das unidades;

16) observada a Resolução Conjunta GP/GCR n. 136, de 27 de janeiro de 2020, a Vara do Trabalho deverá adotar as medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no Capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até que se efetive a liberação do acesso ao sistema Garimpo, as Varas do Trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/acesso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal), [https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?](https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335) (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);



17) verificados os andamentos dos processos com audiências não designadas, conforme item 1.9 da ata e incluídos em pauta de audiência;

18) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

19) cumprida a determinação constante do § 3º, do artigo 104, do Provimento Consolidado nº 3/2015, deste Regional, a saber: “inexistindo manifestação ou persistindo a divergência, o juiz, na hipótese de não se decidir pela homologação de um dos cálculos apresentados, nomeará, imediatamente, perito para elaborar laudo, em prazo prefixado segundo a complexidade do trabalho a ser executado”;

20) usados como ferramenta de auxílio na gestão da secretaria, os relatórios existentes no Painel de Produtividade, disponível na intranet deste Regional;

21) observados os lançamentos no PJe de acordo com o e-Gestão – 1º Grau, bem como suas atualizações, disponíveis na intranet – manuais e orientações – magistrados e servidores – 1) e-Gestão;

22) cumprida a Resolução 233, de 13-7-2016, do CNJ que dispõe sobre a criação de cadastro de profissionais e órgãos técnicos ou científicos no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus, disponível no sítio eletrônico <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal/0>, escolhendo e nomeando perito cadastrado, por nomeação direta do profissional ou por sorteio eletrônico, a critério do magistrado, observando o critério equitativo de nomeação em se tratando de profissionais da mesma especialidade;

23) realizado, pelo magistrado e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data apazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2020:

A Corregedoria Regional verificou que as recomendações, então formuladas, foram observadas.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Realizar Justiça, no



âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.”

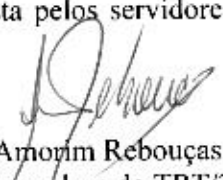
Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16, disponíveis no link <http://www.agenda2030.org.br/ods/16/>, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 16h50min do dia vinte e quatro de maio de 2021, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 72, publicado no DJe 6-5-2021, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e José Múcio Antônio Lambertucci.


Ana Maria Amorim Rebouças
Desembargadora Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA JÚNIOR:30831138
Assinado de forma digital por MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA JÚNIOR:30831138
Data: 2021.05.26 16:02:20 -03'00'

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria